



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Organizamos este Dossiê para a **Revista Colloquium Humanarum**, periódico científico do Programa de Pós-Graduação em Educação, editado pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), que tem como temática central a formação de professores. O objetivo precípuo do presente Dossiê é divulgar trabalhos científicos inscritos no campo da formação de professores que apresentem resultados sobre a formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional, constituição identitária de professores, por meio de processos formativos, profissionalidade, profissionalização e políticas de formação de professores.

Como resultado desta chamada, a Revista recebeu mais de 70 artigos e, com a avaliação de pareceristas/pesquisadores cadastrados, resultou na aprovação de 27 artigos que tinham aproximação com a temática em questão (alguns dos artigos não atendiam o escopo da chamada). Nesse caso, cabe destacar o elevado interesse de pesquisadores e pesquisadoras por espaços de publicação dos resultados das investigações sobre o campo da formação de professores. Dessa forma, o Dossiê está constituído por 27 artigos oriundos das diferentes regiões do Brasil e apresentam pesquisas atuais sobre o campo da formação de professores, com pesquisadores e pesquisadoras de diferentes universidades e que têm interesse por este objeto de estudo.

Considera-se que a formação de professores é um campo de pesquisa, tomando por base André (2010) que, a partir de Marcelo Garcia (1999), enfatiza que no Brasil, há um reconhecimento da existência de objeto próprio de estudo; de uma metodologia específica para pesquisa; de uma comunidade de cientistas que definem uma comunicação própria, como por exemplo, as reuniões do Grupo de Trabalho (GT 08) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e pela Revista de Formação Docente, também vinculada a este grupo de trabalho; pela participação de professores das diversas redes de ensino nas pesquisas e nos grupos de investigação dos diferentes programas de pós-graduação em educação; e, que há relativo reconhecimento dos resultados de pesquisas para que se possa aproveitar para a melhoria da qualidade da ação educativa, o que praticamente ainda não ocorre por parte dos administradores da gestão pública.

A organização dos artigos para esse Dossiê está centrada na discussão de três temáticas concernentes ao campo da formação de professores: **formação inicial; formação continuada e desenvolvimento profissional docente; e, práticas/trabalho em espaços formativos de professores**. Dessa forma, para uma contextualização de cada um destes aspectos da formação de professores, foram elaboradas uma discussão conceitual e uma breve apresentação de cada um dos artigos para situar o leitor, bem como em dar um panorama sobre conceitos essenciais que consubstanciam o campo da formação de professores.

Em relação à discussão da formação inicial de professores, constituída pelos cursos de licenciaturas, nas diversas áreas da Educação Básica no país, perpassando, neste caso, pela educação infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e as diferentes séries do Ensino Médio, se pode dizer que, na atualidade, vive-se um contexto de embates tendo em vista a recente aprovação da Resolução CNE/CP n. 02/2019, do Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Desse modo, considera-se que a revogação impositiva

da Resolução CNE/CP n. 02/2015, em vigência até dezembro de 2019, foi um grande retrocesso para os cursos de formação inicial de professores e uma desconsideração escancarada aos docentes e estudiosos que, há décadas e de forma dialogada, pensam a formação inicial que articule a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação básica. Nesse sentido, Bazzo e Scheibe (2019, p. 671) afirmam que:

O conteúdo que embasa a Resolução CNE/CP nº 02/2015 fora discutido amplamente com a comunidade educacional e entendido pelos educadores mais envolvidos com as questões relativas às políticas nacionais de formação de professores como sendo uma importante e bem elaborada síntese das lutas históricas da área em torno ao tema. Assim, recebeu amplo apoio das entidades representativas dos educadores, traduzido em diversas manifestações favoráveis à sua imediata entrada em vigência. Apesar disso, o processo de sua implantação começou a sofrer injustificável demora entre as instituições formadoras.

A Resolução CNE/CP n. 02/2019, imposta aos espaços formativos de professores, sem diálogo e, principalmente, sem escuta por parte do CNE das entidades e associações, tais como a ANPEd, a ANFOPE etc., introduz um modelo de formação formatada, conforme documento expedido pela ANPEd, elaborado por pesquisadores que integram do GT 08 de Formação de Professores, é constituída por três competências centrais: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, que se desdobram em habilidades, de forma que os futuros professores realizem, no exercício da docência, os procedimentos e modelos instituídos pela Base Nacional Comum da Educação Básica (FARIAS, 2019). Dessa forma, considera-se que há um sério alijamento ao processo de formação inicial, de conteúdos e de discussões que contemplem uma formação plena, em seu sentido de desenvolver e envolver aspectos concernentes à cultura, arte, estética, contexto local e regional, ética etc.

Destaca-se que quando instituiu esta “base nacional comum” o CNE desconsiderou totalmente a “**Base Comum nacional**”, com os princípios norteadores constituídos pela ANFOPE, desde a década de 1980, que tem se desdobrado nos estudos sobre a formação de professores no Brasil. Esta Resolução traz, em seu bojo, uma proposta de formação centrada na prática, por meio do desenvolvimento de competências, fortemente inserida no Brasil na década de 1990, em decorrência das imposições dos organismos multilaterais e sua agenda neoliberal discutidas por Freitas (2002) e Maués (2003). Não é por acaso que a Resolução CNE/CP n. 02/2019 tem em seu texto 51 vezes a palavra competência. Uma resolução que propõe uma “grade” de competências, constituída pelos conhecimentos, habilidades e atitudes do chamado CHA, perspectiva que distancia e blinda o desenvolvimento crítico e o desenvolvimento de uma formação referenciada na epistemologia da práxis, defendida por Silva (2019).

Acredita-se que uma formação inicial de professores formatada pela matriz de competência, com suas habilidades e atitudes, reconhecidas como as socioemocionais, fortemente marcada no documento, reduz o espaço para a criação, contestação, argumentação, análise social, política e econômica, impossibilitando o desenvolvimento de estruturas mais complexas do pensar, que conduzam ao pensamento crítico, político e passível de realizar uma “leitura ampliada de mundo”, como defendia Paulo Freire.

Observa-se, pela análise da referida resolução, princípios fortemente desenhados que constituem um circuito formativo, forjado em torno da base nacional comum para a Educação Básica (BNCC), a base instituída pela diretriz da formação inicial de professores (Resolução CNE/CP n. 02/2019) e o parecer do CNE/CP n. 14/2020 que apresenta a discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de

Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Assim, consideram-se estes dois documentos como um arranjo formativo que, formata o processo de formação dos professores, tendo em vista a padronização, a descentralização e o *accountability* em atendimento aos interesses do capital (HYPOLITO, 2019). Uma formação formatada, vigiada, avaliada e controlada que resulte em um trabalhador flexível, obediente e em constante desenvolvimento para servir os “patrões”.

Após esta discussão sobre a **formação inicial de professores**, apresentam-se os artigos que se dedicam à comunicação de pesquisas sobre a temática:

O artigo **Formação de Professores e Profissão Docente: o Estado do Conhecimento da Pesquisa em Formação na Região dos Inconfidentes - MG**, de José Rubens Lima Jardimino, Andressa Maris Rezende Oliveri e Ana Maria Mendes Sampaio, teve como objetivo rememorar parte da trajetória de formação e pesquisa do Grupo de Pesquisa Formação e Profissão Docente (FOPROFI), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Para isso, foram demonstradas algumas das pesquisas desenvolvidas pelo grupo que auxiliaram na composição e conhecimento dos campos - formação de professores, profissão docente e instituições escolares.

Já o artigo **Atividades educativas emancipadoras na formação de professores**, da autoria de Rafael Rossi e Aline Santana Rossi, discute as possibilidades de desenvolvimento de atividades educativas emancipadoras nos cursos de formação de professores a partir das reflexões de Tonet (2013), bem como a partir da pedagogia histórico-crítica. Elencaram quatro possíveis atividades desta natureza, levando em consideração a especificidade da dimensão educativa, as contradições que perpassam a educação no capitalismo, a distinção entre os interesses imediatos dos alunos empíricos e os interesses essenciais dos alunos concretos e, ainda, a reciprocidade dialética dos conteúdos escolares e as formas de ensino, com a prioridade ontológica dos conteúdos sobre as formas.

O artigo **Lugar ocupado pela avaliação da aprendizagem na formação do professor do curso de Direito**, de Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro, Edna Cristina do Prado e Lana Lisiêr de Lima Palmeira, analisa o lugar ocupado pela avaliação da aprendizagem na formação do professor do curso de Direito. Tem como objetivo principal compreender o conceito de avaliação, a forma como a legislação prevê a sua realização e como os programas de pós-graduação *stricto sensu* incluem a avaliação na formação dos professores que atuarão no magistério jurídico.

O texto de Adriana Valeria Barreto de Araujo e Liliane Barreira Sanchez intitulado **Avanços e desafios da expansão dos cursos de licenciaturas no Instituto Federal do Amapá no período de 2011 – 2019** analisa a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) na expansão dos cursos de licenciaturas no contexto amapaense no período de 2011 a 2019. Trata-se de uma pesquisa ancorada na análise de referenciais teóricos e de documentos, com dados estatísticos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP/IFAP) e entrevistas realizadas com estudantes, professores e gestores da Instituição. O objetivo central é o de apontar os avanços e os desafios desse processo, relacionados ao contexto em que se inserem.

O artigo **Educação Especial e língua brasileira de sinais na formação de professores do campo**, de Jaqueline Daniela Basso e Celi Corrêa Neres, reflete acerca da interface entre educação especial e educação do campo com ênfase na inclusão da Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de formação docente para professores do campo. Realizam uma revisão bibliográfica, bem como análise documental de parte da legislação que rege a Educação Especial e de um estudo de caso, de um Curso

Especial de Licenciatura em Pedagogia da Terra por meio da análise documental de seu Projeto Político Pedagógico e questionário aplicado a uma amostra de seus egressos.

O artigo de Kelvin Rafael Rodrigues de Oliveira e Leny Rodrigues Martins Teixeira, intitulado **A formação inicial de professores que ensinam Matemática no Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares Nacionais Pós-LDB 9394/96**, tem como objetivo analisar a constituição dos cursos formadores desses professores - Licenciatura em Pedagogia e em Matemática. Argumentam que pesquisas publicadas a esse respeito indicam algumas lacunas na prática desses professores, em grande parte, devido a fatores relacionados à formação inicial e que é necessário compreender a estrutura desses cursos embasadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores desde a LDB 9394/96.

O texto intitulado **Minicurso de ciência forense e a relação teoria e prática na formação inicial: uma iniciativa do PET Química e Física**, de Taís Andrade dos Santos, Gabriel Ernesto Silva Trentin, Valdemiro Pereira de Carvalho-Júnior e Beatriz Eleutério Goi, discute o ambiente formativo intrínseco a experiência de um laboratório didático itinerante com a temática forense para licenciandos em Química e Física pertencentes ao Grupo PET Química e Física. O minicurso de ciência forense propicia aos licenciandos a experiência da docência em ambiente escolar além dos estágios supervisionados obrigatórios da graduação.

Já o artigo **Formação inicial de professores e o trabalho de monitoria: a experiência de um curso de Pedagogia ofertado na região fronteira entre Brasil e Paraguai**, de Mara Lucinéia Marques Correa Bueno, Gabriela Pereira dos Santos e Raiane Gabriele da Silva Corrêa, apresenta uma experiência de monitoria, realizada na disciplina de Introdução à Metodologia Científica pertencente à matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A construção da autonomia do professor presente nas diretrizes curriculares nacionais de formação inicial das últimas duas décadas, um artigo de Tais Andrade dos Santos e Moacir Pereira de Souza Filho, analisa os currículos de formação inicial de professores determinados pelas legislações oriundas do Conselho Nacional de Educação (CNE), tendo como recorte o currículo proposto para as licenciaturas referentes ao ato de lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, almejando compreender os modelos de autonomia, por meio das determinações desses documentos.

O artigo denominado **Os coordenadores de área do PIBID: percepções sobre o ser professor formador**, de Celia Maria Fernandes Nunes e Fernanda Karina Moura Silva Sales, discute sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que consiste em uma ação indutiva na formação de professores objetivando valorizar e melhorar a formação docente. Investiga a relação entre a formação e a prática docente na percepção dos coordenadores de área do PIBID/Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com dados coletados por meio de questionários e entrevistas, referentes à categoria: O que é ser professor e formador de professores.

O penúltimo artigo tem como título **Os clubes de ciências como contextos de formação inicial docente: contribuições a partir da produção científica de um coletivo PIBID**, de Daniela Tomio, Edson Schroeder, Cintia Conzatti, Bruna Hamann e Natalia Bagatolli Pedron relata uma pesquisa desenvolvida de forma a articular compreensões sobre formação inicial de professores em contextos de Educação Não Formal, os Clubes de Ciências. Entre os anos 2014 a 2017, um coletivo de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, compartilhou experiências docentes em Clubes de Ciências e em seu percurso escreveu sobre suas práticas educativas, disseminando-as em publicações. É um artigo que

tem como objetivo elucidar, a partir de uma análise da produção científica desenvolvida por esse coletivo acerca de práticas educativas em Clubes de Ciências, contributos para a formação de professores.

Projeto pedagógico do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal do RS e relacionamento interpessoal como conteúdo, de Claudia Simone Cordeiro Pelissoli, Aline Silva de Bona e Luciano Andreatta Carvalho da Costa trata do conceito de Relacionamento Interpessoal, previsto nos Projetos Pedagógicos do Curso – PPCs Tecnólogo em Processos Gerenciais dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é analisar como o conceito de Relacionamento Interpessoal é trabalhado ao longo dos cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais. A teoria de Paulo Freire e suas considerações sobre conscientização crítica, dialogicidade e humanização serviram de base para este estudo.

Outra dimensão amplamente abordada neste Dossiê, refere-se à **formação continuada**. Antes de apresentarmos os artigos que contemplam esse foco, convém problematizar algumas nuances que envolvem essa terminologia no limiar do século XXI. No contexto nacional, predominou na década de 1970 a expressão treinamento, coadunando com a racionalidade técnica. Na década subsequente até os anos 1990, passou a ser recorrente a acepção de capacitação. No período pós-LBD (1996), ancorada no novo arcabouço normativo disseminou-se os termos formação em serviço, formação centrada na escola, formação contínua, formação continuada.

Em publicação recente, Diniz-Pereira (2019, p. 65) indica a necessidade do campo da formação docente ultrapassar duas dicotomias “[...] a tradicional divisão entre formação “inicial” e “continuada” de professores e a separação entre a formação e o trabalho docente”. O autor supracitado considera a acepção de formação continuada “em desuso no campo”, optando por “desenvolvimento profissional docente” sob o argumento que este conceito articularia os processos formativos ao trabalho docente (DINIZ-PEREIRA, 2019, p. 73).

Coadunando com essa perspectiva, Franco (2019, p. 98) ressalta “formação contínua não é suprir deficiência de formação anterior, formação contínua é a necessidade de integrar vida e formação; articular a pessoa do professor às circunstâncias de seu trabalho e profissão, de forma crítica e integrada; criando condições de vivências formativas que permitem o autoconhecimento; a autoformação; os processos de identidade e profissionalização docente”.

Imbernón (2019, p. 154) considera importante “clarificar la diferencia entre formación y desarrollo profesional”:

A menudo empleamos el concepto formación y el de desarrollo profesional como sinónimos. Y a veces se realiza una total equiparación entre formación permanente del profesorado y desarrollo profesional. Si aceptáramos tal similitud, estaríamos considerando el desarrollo profesional del profesorado de forma muy restrictiva ya que significaría que la formación es la única vía de desarrollo profesional del profesorado. Y no es cierto que el desarrollo profesional del profesorado se deba únicamente al desarrollo pedagógico, al conocimiento y comprensión de sí mismo, al desarrollo cognitivo o al desarrollo teórico, sino que es todo eso y mucho más. Ya que hay que enmarcarlo, o sumarle, una situación laboral (salario, clima laboral, profesionalización, etc.) que permite o impide el desarrollo de una carrera docente. (IMBERNÓN, 2019, p. 154).

Para Imbernón (2019) é inadequada a recorrente relação de sinonímia entre os conceitos de formação e desenvolvimento profissional, notadamente porque o desenvolvimento profissional extrapola a dimensão pedagógica abrangendo, portanto, as condições em que se exerce o trabalho docente. O autor

assevera que “El desarrollo profesional es un conjunto de factores que posibilitan, o que impiden, que el profesorado progrese en el ejercicio de su profesión. Una mejor formación facilitará sin duda ese desarrollo, pero la mejora de los otros factores (salario, estructuras, niveles de decisión, niveles de participación, carrera, clima de trabajo, legislación laboral...) también lo hará y de forma muy decisiva”.

Conquanto as duas últimas décadas (2000 – 2020) tenham sido marcadas pela profusão de novos regramentos para a formação de professores, depreende-se pelos artigos enviados e aprovados para este Dossiê que esta dimensão não se constituiu em objeto de análise dos pesquisadores/as, o que pode indicar a centralidade de outras temáticas no campo da formação de professores.

A **formação continuada/desenvolvimento profissional** é temática central dos artigos que passamos a apresentar a seguir. O texto **Formação continuada: a escola como espaço de diálogo e fortalecimento docente** de autoria de Jéssica Luana Casagrande e Camila de Fátima Soares dos Santos confere centralidade à escola para identificar as condições e concepções que incidem na formação continuada a partir da visão de professores e gestores escolares. A pesquisa sinaliza para a garantia de condições que permitam a formação tendo como norte as necessidades formativas.

No manuscrito **Limites e possibilidades da integração curricular no Instituto Federal Catarinense: reflexões a partir da formação continuada de professores**, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, Andressa Grazielle Brandt e Tamiris Possamai, vinculadas ao IFC, problematizam os contornos da integração curricular nos cursos de Ensino Médio Integrado. O texto é mobilizado por meio de análise documental e pesquisa participante tendo como sujeitos os professores e professoras do IFC. As autoras para além da discussão teórica acerca das acepções de integração curricular, localizam as concepções dos docentes do IFC que envolve alterações nos PPC e, sobretudo, nas práticas pedagógicas indicando-se a importância da interdisciplinaridade.

O artigo intitulado **Desenvolvimento profissional docente de professoras alfabetizadoras experientes: marcas positivas e negativas vivenciadas ao longo da carreira docente** elaborado por Juliana Pedroso Bruns e Rita Buzzi Rausch (FURB) recorre a história de vida para apreender elementos marcantes da trajetória profissional de seis professoras alfabetizadoras experientes vinculadas à Rede Municipal de Ensino de Brusque (SC). Entre as particularidades evidenciadas no estudo, destaca-se como aspecto positivo a oferta de cursos, sejam ofertados no âmbito municipal seja por meio do governo federal e de forma contraproducente a ausência de formação continuada que atendam às necessidades formativas.

O texto **Formação Continuada: a escola como espaço de diálogo e fortalecimento docente** de autoria de Jéssica Luana Casagrande e Camila de Fátima Soares dos Santos (UFFS) debruça-se sobre dois aspectos fulcrais da formação continuada dos professores centradas na escola: as condições em que se realiza esses processos e os pressupostos que embasam essa formação. Para captar as percepções dos professores e dos gestores lançou mão de questionários.

A seguir, o texto **A formação continuada para a apropriação das tecnologias de informação e comunicação na prática de professoras alfabetizadoras: limites e perspectivas** de autoria Priscila Ramos Toledo Ferreira e Márcia Regina do Nascimento Sambugari (UFMS/CPAN) tem como foco uma questão premente no cenário atual, ao centrar-se na formação continuada para a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação com foco nas práticas pedagógicas de professoras alfabetizadoras. Conquanto os cursos de formação continuada tenham sido avaliados de forma positiva, alguns limites foram indicados tais como a ausência na formação inicial, horários de oferta e a própria formação dos formadores.

Por meio de mapeamento da produção, Klinger Teodoro Ciríaco, Bruna Cury de Barros e Carolina Marini (UFSCar), buscam localizar na última década quais produções paulistas versaram sobre professores em início de carreira que atuam Educação Infantil e identificar as necessidades formativas desses sujeitos, resultando no texto intitulado **Professoras iniciantes na educação infantil e as necessidades formativas reveladas em teses e dissertações paulistas (2009-2019)**. Entre outras conclusões, o estudo sinaliza para a obliteração de pesquisas sobre o tema e a permanência do caráter assistencialista da Educação Infantil, aspecto que marca a identidade dos docentes que atuam neste nível de ensino.

Ainda pouco recorrente nas denominações das políticas de formação continuada, o desenvolvimento profissional nomeia o programa federal que é objeto de análise do artigo **Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês das Escolas Públicas: um estudo avaliativo do PDPI sob a perspectiva de seus egressos** de autoria de Lorena Lins Damasceno e Mariana Gomes Fontes Bethônico. A análise dos efeitos do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) no exercício profissional foi efetivada por meio da aplicação de questionário junto aos egressos com intervalo de tempo de um ano após a realização do curso. Tendo por objetivo precípuo promover o desenvolvimento profissional de professores de língua inglesa, depreende-se do estudo realizado, algumas limitações quanto aos aspectos: promover a valorização dos professores, favorecer a construção de parcerias e socializar os conhecimentos adquiridos na imersão realizada fora do país.

O próximo texto, intitulado **Formação continuada e a identidade profissional docente**, de Flávia Maria Albertino (UNOESTE), propõe-se a identificar e analisar os pressupostos teóricos e metodológicos que subsidiam as propostas de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental tendo como lócus uma rede municipal situada no estado de São Paulo. Tendo por sujeitos três professoras, duas orientadoras pedagógicas e uma diretora buscou captar seus reflexos na ação docente.

Na sequência temos dois trabalhos que versam sobre o uso das narrativas nos processos formativos. Joelson de Sousa Morais, Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento e Maria Divina Ferreira Lima (Unicamp, UEMA e UFPI) no manuscrito **As escritas de si e os efeitos mobilizadores da formação docente em narrativas (auto)biográficas** optam pelas narrativas como recurso metodológico para captar os processos de formação de professores. Os autores indicam que permanece como desafio para o campo da formação a adoção desta metodologia para formadores de professores, uma vez que traz ganhos significativos tanto para o formador como para os estudantes em formação. No texto **Vivendo e narrando o “ser professora” da Educação Infantil: incursões de Francisca**, Sílvia Adriana Rodrigues e Andreia Guilhen Pinto propõem-se compreender a constituição da profissionalidade e da identidade docente a partir de narrativas escritas de uma professora da Educação Infantil. A pesquisa indica o forte potencial formativo e reflexivo das narrativas para quem narra e para quem as lê.

A docência na educação infantil foi objeto da análise do artigo escrito por Jaqueline Paschoal, Sonara Maria Lopes de Oliveira e Marta Regina Furlan de Oliveira intitulado **Formação e construção da docência na Educação Infantil**. As autoras localizam a precariedade e a superficialidade na formação que somadas as más condições de trabalho inviabilizam a qualidade da oferta educacional para esse nível sendo, portanto, necessárias à implementação de políticas de formação inicial e continuada específicas para esse nível de ensino.

O último bloco aglutina artigos que versam sobre práticas e trabalho docente. Nesse espectro temos o trabalho **Inserção profissional: aprendizagens, desafios e implicações para a formação e prática pedagógica na educação infantil** de autoria de Diana Aguiar Salomão, Sandy Lima Costa e Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro. Este trabalho problematizou a inserção profissional com vistas a compreender as aprendizagens e implicações que essa fase tem para a prática pedagógica de uma pedagoga que atua na Educação Infantil na rede municipal de ensino de Fortaleza - Ceará. Corroborando com pesquisadores do campo, o estudo indicou a preponderância de iniciativas pessoais no processo de aprendizagem da profissão, a importância da interação com os pares e a falta de apoio institucional.

Em seguida, Vilma Miranda de Brito e Rosângela Cristina Teixeira Fernandes discutem a concepção de docência dos professores alfabetizadores a partir das políticas de formação continuada notadamente os programas federais Pró-Letramento e PNAIC e o programa local Aposta no Professor desenvolvidos na rede municipal de educação de Campo Grande/MS, resultando no artigo intitulado **Concepção de Docência: o que pensam os professores alfabetizadores da rede municipal de ensino de Campo Grande- MS?**

O artigo **Identidade de professores iniciantes: trajetórias formativas à luz de cartas narrativas** é a proposta textual de Bruna Amaral, Mariza da Costa e Giovana Falcão que objetiva compreender a influência dos docentes presentes nas trajetórias formativas dos professores iniciantes sobre a constituição de seus processos identitários. Como recurso metodológico aporta-se na escrita de cartas narrativas tendo como sujeitos três professores iniciantes da rede pública da educação básica.

Inquirindo quais concepções de qualidade orientam a formação de professores, o artigo **Qualidade da formação de professores na relação com os discursos da “qualidade do ensino”: eficiência, produtividade e inclusão escolar**, de autoria de Raimundo Nonato Moura, Georgyanna Andrea Silva Moraes e Maria da Glória Soares Barbosa Lima localizam a presença dos princípios da agenda econômica orientando os projetos, programas e políticas de formação de professores.

Fechando o Dossiê, o manuscrito intitulado **Efeito de um Programa de resignificação da educação no clima escolar em duas instituições de educação fundamental - séries iniciais**, de autoria de Juliana Freire Bidóia, Alessandra de Moraes, Cristiane Paiva Alves e Patrícia Unger Raphael Bataglia. O texto é resultado de pesquisa do tipo experimental tendo como instrumento de coleta o Questionário do Clima Escolar. Após a realização de pré-teste e pós-teste num conjunto de 500 estudantes do 3º ao 5º ano vinculados a três escolas públicas municipais, com características semelhantes, sendo duas das escolas pertencentes ao grupo experimental, com a interveniência da variável independente (programa de resignificação) e a outra do grupo controle. Depreende-se que houveram mudanças substanciais nas escolas experimentais em comparação com a escola do grupo controle.

Ao considerarmos o campo da formação de professores como novo e em construção, entendemos que os 27 artigos que compõem o presente Dossiê contribuem sobremaneira para essa constituição.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: um campo de estudos. **Revista de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS**. Porto Alegre, v. 33, n. 3, set/dez de 2010, p. 174-181. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced>

BAZZO, Vera. SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... retrocesso na tual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 08 ago. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial, em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 08 ago. 2018.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Desenvolvimento profissional docente: um conceito em disputa. In: IMBERNON, Francisco; SHIGUNOV NETO, Alexandre; FORTUNATO, Ivan (org.). **Formação permanente de professores: experiências ibero-americanas**. São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da Educação Básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 155-168, jan./maio 2019.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Formação continuada de/para/com docentes: paraquê? para quem? In: IMBERNON, Francisco; SHIGUNOV NETO, Alexandre; FORTUNATO, Ivan (org.). **Formação permanente de professores: experiências ibero-americanas**. São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 187-201, jan./mai, 2019.

IMBERNON, Francisco. Reflexiones globales sobre la formación y el desarrollo profesional del profesorado en el estado español y latinoamerica. In:IMBERNON, Francisco; SHIGUNOV NETO, Alexandre; FORTUNATO, Ivan (org.). **Formação permanente de professores: experiências ibero-americanas**. São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

MAUES, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 89-118, mar. 2003.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. La posición epistemológica de los investigadores em Política Educativa: debates teóricos em torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos estructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Volume 20, número 9, março 2012.

Profa. Dra. Andréia Nunes Militão - UEMS
Profa. Dra. Márcia de Souza Hobold - UFSC
(Organizadoras)